



A EXCEÇÃO E A REGRA? PANAMÁ E HAITI DESDE O FIM DA GUERRA FRIA

THE EXCEPTION AND THE RULE? PANAMA AND HAITI SINCE THE END OF THE COLD WAR

Fabio Luis Barbosa dos Santos*
Universidade Federal de São Paulo

Resumo: Este artigo analisa a evolução política e econômica recente de Panamá e Haiti em perspectiva comparada, investigando o modo como intervenções militares lideradas pelos Estados Unidos em 1989 e 1994 remodelaram a institucionalidade destes países. Indaga-se o sentido das transformações operadas e o que elas revelam sobre as vias de desenvolvimento na região nos marcos da globalização. Minha hipótese é que estas intervenções militares constituíram eventos traumáticos que assentaram as condições para um reordenamento social totalizante de orientação neoliberal e globalizante, configurando o que Naomi Klein descreveu como “capitalismo de desastre”. No entanto, este “choque” produziu efeitos contrastantes, de modo que o êxito econômico e a estabilidade política do Panamá, contrasta com o baixo dinamismo econômico e a instabilidade crônica que caracterizam o Haiti. Ao contrário de ser uma condição fortuita, estes extremos ilustram a natureza concorrencial e assimétrica da ordem global.

Palavras-chave: Haiti; Panamá; invasão.

Abstract: This article analyses the recent political and economic evolution of Panama and Haiti from a comparative perspective, investigating how military interventions led by the United States in 1989 and 1994 reshaped the institutionalality of these countries. It asks the question of the meaning of these transformations and what they reveal about the paths of development in the region within the framework of globalisation. My hypothesis is that these military interventions were traumatic events that laid the groundwork for a totalising social reordering with a neoliberal and globalising orientation, configuring what Naomi Klein described as ‘disaster capitalism’. However, this ‘shock’ has produced contrasting effects, so that Panama’s economic success and political stability contrast with the low economic dynamism and chronic instability that characterise Haiti. Rather than being a fortuitous condition, these extremes illustrate the competitive and asymmetrical nature of the global order.

Keywords: Haiti; Panama; invasion

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação Integração da América Latina (Prolam-USP). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5493-9633>

Introdução

O Haiti foi o primeiro país a se emancipar e abolir a escravidão nas Américas, enquanto o Panamá foi o último a se constituir como estado independente. O primeiro surgiu da revolução anticolonial mais radical da história do continente, enquanto a origem do segundo está nas antípodas deste processo, já que a incidência dos Estados Unidos em uma guerra civil colombiana foi decisiva para a secção que conformou o Panamá (Araúz, 2004; Dubois, 2009). No início do século XX ambos os países viveram ocupações estadunidenses, embora de natureza e extensão distintas. E no final daquele século, sofrera, as últimas intervenções militares da potência norte-americana na região (Araúz; Pizzurno, 1996; Castor, 1988). No entanto, o sentido destas últimas invasões discrepou de operações anteriores. Se em outros momentos do século XX a intervenção estadunidense favoreceu, de modo direto ou indireto, a constituição de regimes militares antidemocráticos, as ocupações do Panamá em 1989-90 e do Haiti em 1994 removeram o comando militar sobre a política, afirmando a democracia liberal como paradigma institucional. Mais do que uma mudança na direção política, ou mesmo do regime político, ambas intervenções assentaram as bases para uma reorientação da economia e da atuação do Estado em consonância com a agenda neoliberal e a globalização (Manduley; Valenzuela, 2009; Pierre-Charles, 2020).

No entanto, esta inflexão produziu resultados contrastantes: o Panamá é o país latino-americano que mais cresceu desde o fim da Guerra Fria, ostentando a renda *per capita* mais elevada da região, enquanto o Haiti está na posição contrária, como país que menos cresceu e que possui a renda per capita mais baixa das Américas. Com uma população quase três vezes menor, o PIB panamenho é três vezes maior do que o haitiano, e o PIB per capita é 8 vezes maior. O Panamá atrai imigrantes enquanto o Haiti, tem uma das taxas de emigração mais altas do continente, e sua economia depende das remessas dos haitianos no exterior, que correspondem a 1/ 5 do PIB. O Panamá tem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano da América Central e Caribe, enquanto o Haiti é o único país da região considerado como um País Menos Adiantado (PMA) pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e também o único classificado como baixo Índice de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Enquanto a política no primeiro país foi dominada por

dois partidos e não sofreu rupturas institucionais desde a invasão em 1989, o Haiti voltou a ser ocupado em 2004, e no momento em que este projeto está sendo escrito, sequer tem um presidente (Banco Mundial, 2025; CIA, 2024; UN, 2020; UNDP, 2022).

Este artigo discute o sentido das intervenções militares dos Estados Unidos no Panamá e no Haiti ocaso da Guerra Fria. A partir de entrevistas, análise de documentos e livros, examinamos as transformações institucionais, políticas e econômicas produzidas em ambos os países sob a ocupação estrangeira. Argumenta-se que estas intervenções constituíram eventos traumáticos que assentaram as condições para um reordenamento social totalizante de orientação neoliberal, configurando o que Naomi Klein (2007) descreveu como “capitalismo de desastre”, ou seja: a produção do choque (que pode ser pela via econômica, política, militar ou subjetiva, mas que frequentemente articula todas estas dimensões) como estratégia para desencadear crises em larga escala, que criam condições favoráveis para um reordenamento social que abrange todas as esferas da existência.

No entanto, a evolução posterior de ambos os países sugere que o efeito do choque foi diverso. Enquanto no Panamá operou-se um reordenamento social e econômico exitoso em seus próprios termos, o choque no Haiti comprometeu a própria viabilidade do ordenamento institucional que se pretendia modernizar. Indagamos até que ponto este efeito diverso está relacionado a particularidades da formação histórica de cada país; às diferenças nas características e na agenda das respectivas ocupações; ou ainda, remete às oportunidades singulares que se abriram para o Panamá no contexto da globalização e que não são replicáveis no Haiti ou em qualquer outro país da região. Com este objetivo, o texto inicialmente aborda o contexto, a dinâmica e as consequências da invasão do Panamá, para em seguida abordar o caso haitiano. A apresentação não é homogênea, mas reflete o movimento da própria pesquisa, em que diferentes dimensões da experiência se sobressaíram em cada um dos casos. Ao final, indaga-se o que a comparação entre a evolução recente destes dois países sugere sobre a globalização neoliberal na região.

Panamá: de Torrijos a Noriega

O nacionalismo panamenho é marcado por um paradoxo: as origens do país remetem à ingerência estadunidense no conflito que resultou na cisão territorial da

Colômbia em 1903. Ao mesmo tempo, a independência favoreceu a construção do canal interoceânico sob a égide estadunidense, estabelecendo um enclave estrangeiro que se tornou alvo da causa nacionalista no século XX. Em outras palavras, o nacionalismo panamenho se conformou em oposição ao enclave canaleiro que está na sua origem como país (Soler, 1989).

Objeto de múltiplos conflitos desde a sua construção, as negociações para transferir a administração do canal e os territórios adjacentes deslancharam sob um controverso regime militar. A corporação comandou a política panamenha por 21 anos, entre 1968 e 1989, período que pode ser dividido em três etapas. Os anos imediatamente depois do golpe militar de outubro de 1968, foram marcados por uma orientação abertamente repressiva e antipopular. No entanto, o período entre 1971 e 1977 sob o comando de Omar Torrijos, pode ser caracterizado como “populista, nacionalista e keynesiano”, comparável ao regime de Velasco Alvarado no Peru (Beluche, 2001). Em 1977, o militar panamenho negociou com Jimmy Carter uma série de acordos relativos ao estatuto e ao funcionamento do canal, além da restituição da soberania panamenha sobre a Zona do Canal. Este conjunto de documentos, conhecidos como Tratado Torrijos-Carter, anulou o tratado anterior e estipulou a devolução do canal ao Panamá ao meio-dia do último dia do século XX (Soler, 1984).

A última etapa do regime militar tem como ponto de inflexão a morte não esclarecida do general Torrijos em 1981. Dois anos antes, conformara-se o Partido Revolucionário Democrático (PRD) como uma espécie de braço político dos militares, visando responder às pressões estadunidenses por uma abertura democrática, como ocorria em outros países da América Central (Robinson, 2011). A princípio, o governo dos Estados Unidos e o regime comandado por Manuel Noriega trabalharam de forma concertada, e a lei que criou as Forças de Defesa foi financiada pelo Pentágono até 1988. Como em outros países da América Central, houve eleições em 1984, sem que a dominação dos militares sobre a política fosse comprometida. No caso panamenho, a candidatura do ex-funcionário do Banco Mundial, Nicolás Barletta, foi imposta ao PRD e depois ao país por meio de uma fraude eleitoral. A posição do presidente se tornou ainda mais frágil quando as medidas neoliberais que decretou, desencadearam intensos protestos e uma greve geral dos servidores públicos. Barletta renunciou e a presidência foi assumida pelo

vice Eric Delvalle, enquanto a agenda do ajuste estrutural, foi postergada – o mesmo ocorreu com investigações sobre Noriega e o narcotráfico (Gandásogui Hijo, 1989; 2017).

As relações dos Estados Unidos com Noriega, um militar formado na Escola das Américas que trabalhou para a Central Intelligence Agency (CIA), se deterioraram a partir de 1987. O ascenso das lutas populares nos marcos de um regime sem credibilidade, incitaram os Estados Unidos apoiar uma alternativa política dirigida por empresários: a Cruzada Civilista, ostensivamente inspirada no movimento que derrubou Ferdinando Marcos nas Filipinas no ano anterior. De fato, o caso panamenho não tinha similares na América Central, onde o principal serviço dos militares era conter e não mobilizar a população. A inspiração filipina não era acidental. Refletindo uma inflexão na abordagem estadunidense da questão panamenha, o *National Endowment for Democracy* criado em 1983 pelo governo de Ronald Reagan levou lideranças panamenhas para conhecer e eventualmente replicar a experiência do *National Citizens Movement for Free Elections* (NAMFREL) (Dinges, 1990).

A Cruzada Civilista atraiu um segmento expressivo das classes médias e também dos trabalhadores, tendência acelerada com a deterioração econômica decorrente de sanções impostas pelos Estados Unidos. Em fevereiro de 1988, o presidente Delvalle destituiu Noriega do comando das Forças de Defesa, uma medida que ninguém poderia cumprir e que resultou na sua própria destituição (Dinges, 1990). Washington, que apoiara Delvalle, respondeu com severas sanções que tiveram um efeito devastador em uma economia aberta, dolarizada e dependente de importações. O PIB caiu 17%, pequenos negócios quebraram e bancos também, o desemprego disparou, houve fuga de capitais e o país entrou em moratória, embora não declarada (Beluche, 2001).

Naquele mesmo mês, Noriega tornou-se o primeiro chefe de Estado indiciado em uma corte dos Estados Unidos, acusado de tráfico de drogas e associação ilícita. As sanções econômicas e o processo judicial foram retratados por Noriega como uma agressão imperialista motivada pela iminente devolução do canal aos panamenhos. Foi neste contexto que se formaram os Batalhões de Dignidade, oferecendo treinamento militar a civis com o intuito defender o país de uma agressão estadunidense. Apesar da impopularidade do regime agravada pela crise e

as sanções, panamenhos de sensibilidade nacionalista aderiram à proposta, sobretudo em bairros populares. Ao mesmo tempo, manifestações convocadas pela Cruzada Civilista evidenciavam que o descontentamento com o regime crescia (Arauz; Pizzurno: 1996; Beluche: 2001).

A crise se acelerou com a fraude às eleições presidenciais em maio de 1989. A oposição se unificou em torno do advogado Guillermo Endara, que tinha raízes políticas no panameñismo arnulfista. Dada a situação do país era previsível a derrota do candidato norieguista, mas a dimensão do revés surpreendeu o governo e inviabilizou qualquer fraude disfarçada. Um impasse se instalou, já que a oficialidade declarou vencedor o candidato norieguista, mas ninguém reconheceu o resultado e não houve posse. Paradoxalmente, as mobilizações da Cruzada Civilista não tiveram a potência do ano anterior: o comando civilista contava cada vez mais com os Estados Unidos e cada vez menos com as massas para derrubar o militar (Bushnell, 1989). Na frente diplomática, diversas missões da Organização dos Estados Americanos (OEA) falharam em construir uma saída para a crise. Noriega se mostrava disposto a conviver com um presidente da oposição, mas não aceitava colocar uma data para a sua aposentadoria. Como Pinochet, desejava manter-se à frente desta Força de Defesa, preservando de forma velada um poder de veto sobre o destino do país. Acima de tudo, não abria mão do projeto de construir um exército que substituísse o estadunidense na defesa do canal (informação verbal)².

No dia 3 de outubro, o major Moisés Giroldi e seus aliados capturaram Noriega, oferecendo aos Estados Unidos uma oportunidade de virar a página do regime. No entanto, os militares ianques estacionados no Panamá não responderam aos golpistas a quem tinham acenado apoio. Com isso, permitiram a reação do campo norieguista que, naquela noite, matou os onze líderes da intentona no chamado “massacre de Albrook” (Dinges, 1990). É provável que, naquelas alturas, o desenlace da crise já estivesse definido na Casa Branca e ele previa o aniquilamento da instituição militar.

Segundo o jornalista Bob Woodward (1991), a administração de George Bush começou a planejar a invasão militar quando as eleições de maio foram anuladas. O documento Santa Fé II (1989) já indicava que a derrubada de Noriega dificilmente resolveria a situação do Panamá: exigia-se reformar as forças de defesa e a constituição. Era preciso reorganizar o país sob a tutela dos invasores e Bush elegeu

Endara para esta missão. Documentos desclassificados pelo governo dos Estados Unidos revelam que Bush telefonou para Endara uma semana depois das eleições para apoiá-lo “você é o verdadeiro vencedor”. Daí em diante, mantiveram contato telefônico sistemático (Panama Files, 2019). É difícil saber a extensão do diálogo, pois como o próprio Bush comentou depois de perguntar se havia alguma novidade no cenário político, “a linha que estavam usando provavelmente não era muito boa para falar disso” (Memorandum, 1989).

Em suma, no final de 1991 a invasão era uma “decisão em busca de um pretexto” (Dinges, 1990, p. 306). O comportamento provocador dos militares ianques nos meses seguintes foi notório. Eventualmente, um oficial foi morto em um bloqueio policial quando tentou fugir. Mas Noriega já tinha se convertido no pretexto.

Destruir um país para salvá-lo

Poucas semanas depois da queda do muro de Berlim, 24 mil soldados estadunidenses invadiram o Panamá. A operação desencadeada em 20 de dezembro de 1989 só tem comparação com a invasão da República Dominicana em 1965, que mobilizou 22 mil tropas para impedir a posse do presidente eleito Juan Bosch. A partir daquela meia-noite, o sismógrafo da Universidade do Panamá registrou 417 bombas nas 14 horas seguintes, até que o aparelho deixou de funcionar. Destas bombas, 66 explodiram nos primeiros 4 minutos (Grandin, 2014). Segundo um oficial estadunidense, foi a maior mobilização na história da força aérea do país até então (Fishel, 1992).

O recurso à força excessiva foi parte da estratégia militar. Além do poder aéreo, os invasores eram numericamente superiores às Forças de Defesa panamenhas, estimadas em 15 mil soldados, e empregaram armas de última geração que espantaram os panamenhos: “a inclusão de aviões caros era simplesmente para “chocar as tropas panamenhas” (McCall: 1991, p. 23) Futuramente, esta produção do medo associada ao choque e ao espetáculo seria formulada como a estratégia de “choque e pavor” (*shock and awe*) que informaria a invasão do Iraque de 2003 e as imagens que então circularam. Em muitos sentidos, o Panamá serviu como campo de provas para agressões que seguiriam, começando com a Guerra do Golfo contra o Iraque meses depois (D’Haeseleer, 2008).

Inicialmente, a invasão se estruturou em torno de 26 alvos considerados de interesse militar. O principal quartel das Forças de Defesa panamenhas localizava-se no populoso bairro popular de El Chorrillo. Na manhã seguinte à invasão, uma significativa parte do bairro estava destruída e 18 mil pessoas se tornaram sem-teto, a maioria das quais foi deslocada para uma escola na zona do Canal. Oficiais estadunidenses alegam que os Batalhões da Dignidade iniciaram o incêndio que se alastrou entre as casas de madeira (Administration's View, 1991; Panama Files: 2019), mas há evidências conclusivas da responsabilidade dos invasores que queimaram as casas para evitar que servissem de refúgio ao inimigo que resistia. Outros focos de combate também sofreram uma violência desproporcional (Informe 121/18: 2019). No conjunto, o país não estava preparado para a invasão e não houve comando centralizado da resistência. É provável que Noriega contasse em ser informado pelas redes de espionagem em que se enfronhou, inclusive com Israel (Murillo, 1995). À esquerda, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores descartou a possibilidade de uma invasão em uma reunião encerrado pouco antes do bombardeio. Neste quadro, a resistência foi episódica e descentralizada (Beluche, 2001).

A brutalidade da invasão marcou a vida de milhares de panamenhos, deixando feridas abertas em múltiplos níveis que tardam em cicatrizar. Embora não haja números oficiais, as vítimas fatais certamente ultrapassam quinhentas já que o próprio Pentágono reconhece 513 mortos. Em apenas uma noite, as tropas estadunidenses assassinaram muito mais panamenhos do que 21 anos de regime militar – a Comissão da Verdade que posteriormente investigou os crimes de Noriega contabilizou 70 mortos e 40 desaparecidos (Comisión, 2002). Todos os mortos na invasão pertenciam aos setores populares, e registraram-se apenas seis vítimas fatais entre oficiais e suboficiais do exército. No empenho de invisibilizar a violência perpetrada, os invasores submeteram os jornalistas ao seu controle, guiando e supervisionando o acesso às zonas de conflito em uma prática que ficaria conhecida no Iraque como “embedded journalism”. A supressão da independência de imprensa e a negação da destruição foi acompanhada pela distribuição de camisetas e adesivos respaldando o nome com que se batizou a invasão: “justa causa” (Sol; Budasoff, 2019).

Nas ruas se amontoaram cadáveres, embalados sem identificação em sacos do exército invasor e despejados em fossas clandestinas, cuja existência foi negada por autoridades estadunidenses (ver Panama Files, 2019; Informe 121/18, 2019). Os invasores ocuparam veículos de imprensa, hospitais e morgues, constringendo a assistência humanitária prestada por médicos e enfermeiros, bem como o seu registro. Milhares de pessoas foram detidas como “prisioneiros de guerra” incluindo dirigentes sindicais, jornalistas e líderes culturais, enquanto servidores do governo norieguista passaram à clandestinidade. Nos dias seguintes, os próprios invasores limpavam corpos e vestígios da agressão com escavadoras em ruas patrulhadas por tanques que amassaram carros, em alguns casos com pessoas dentro. Soldados controlavam a circulação de pessoas e se envolveram em múltiplos episódios de assédio e assassinatos (informação verbal)³.

A “justa causa” foi vaga. A decisão de invadir foi influenciada por questões domésticas fora da alçada panamenha, como o desejo de Bush livrar-se da imagem de “frouxo” (*wimpy*) que o assombrou nas eleições (Cramer, 2006, p. 24). O presidente falou em defesa do canal e de vidas estadunidenses (aludindo ao oficial morto dias antes), em defesa da democracia e em combate às drogas. Como observou um ex-diretor da CIA, os Estados Unidos teriam um trabalhão se decidissem impor a democracia em um mundo com mais de cem regimes não-democráticos, muitos deles aliados. Em relação à captura de Noriega, comentou que “24 mil militares é mais do que normalmente empregamos para parar um traficante de drogas” (Pfeiffer, 1989).

Noriega se refugiou na nunciatura apostólica, já que tropas rodeavam embaixadas que poderiam acolhê-lo, como Cuba e Nicarágua. A nunciatura também foi cercada e formas de tortura psicológica foram empregadas até o ditador se entregar, incluindo alto-falantes tocando rock no último volume (“I fought the law” do The Clash, “Panama” de Van Halen entre outras) e um atirador postado ostensivamente em frente a janela do quarto onde Noriega dormia. O coronel a serviço da Mossad Mike Harari aliado de Noriega teve mais sorte: preso pelo exército estadunidense, terminou enviado para Israel em lugar de ser julgado por seus crimes. Como outras possíveis testemunhas que poderiam comprometer os Estados Unidos e suas agências, não foi convocado a depor no julgamento que condenou Noriega a 40 anos de prisão (Murillo, 1995, 822, 831).

Os Estados Unidos não esperaram a captura de Noriega para empossar novas autoridades para o país. No próprio dia 20 de dezembro na base militar de Clayton na Zona do Canal, Miguel Endara e seus dois vice-presidentes foram juramentados⁴. O advogado José Manuel Faúndes, secretário do Comitê Panamenho de Direitos Humanos e uma das únicas testemunhas panamenhas da posse, avaliou que não estava em curso uma invasão, mas uma legítima defesa do direito de terceiros respaldada pelo direito internacional (Beluche, 2004, p. 85). Porém, como observou um analista estadunidense, “três pessoas, um presidente e dois vice-presidentes não constituem um governo” (Fishel, 1992, p. 33) e o perfil da invasão foi se modificando segundo um planejamento de três etapas. As operações táticas até 31 janeiro de 1990 seriam seguidas por uma fase de “lei e ordem” até junho daquele ano e depois, por uma fase de estabilidade socioeconômica e política até dezembro de 1999 – data da entrega do canal. Os manuais militares descrevem este gênero como uma intervenção de construção da nação (*nation-building*) destrinchada em três momentos: 1) derrotar e prender a resistência armada; 2) retornar à autoridade eleita ao poder; 3) apoiar a transição, substanciando a “construção nacional” (Fishel, 1992; Haas, 1994).

Na medida em que o perfil da invasão se orientava para a construção da nação, a força-tarefa estadunidense se deu conta de que “não tinha opção além de liderar o governo do Panamá, apresentando as suas ações na forma de sugestões e recomendações ao ‘governo’” (aspas no original). O documento registra que essa foi uma relação harmoniosa (Fishel, 1992, p. 34). Funcionários estadunidenses acompanhavam a atuação de cada ministro e o coronel Jim Steele se juntava ao embaixador Deane Hinton, que serviu em El Salvador nos anos 1980, no café-da-manhã das quintas-feiras com o ‘presidente’ Endara (aspas minhas).

Os paradoxos da situação se explicitaram quando lojas foram saqueadas nos dias que sucederam a invasão. Como pretendiam, os Estados Unidos cumpriram a tarefa de dismantelar as Forças de Defesa panamenhas. Em pouco tempo, havia cerca de 5000 soldados presos, além dos mortos. Porém, como a ocupação estava orientada por objetivos militares, a propriedade privada ficou momentaneamente desguarnecida. Logo, a formação de uma polícia se impôs como prioridade. Neste cenário, a Polícia Nacional forjada pelos invasores incorporou membros da Força de Defesa panamenha que pretendiam extinguir. Por outro lado, vozes conservadoras

dos Estados Unidos não tardaram em reivindicar a revisão dos tratados em torno do canal. Argumentavam que, com a abolição das Forças de Defesa panamenhas provocada pela própria invasão, a nova força militar não seria capaz de garantir a segurança do canal (Beluche, 2004, p. 124)⁵.

Tampouco garantia o governo: menos de um ano depois da invasão, tropas estadunidenses interviram a pedido de Endara para reprimir um levante militar. Naquele momento, o índice de aprovação de um governo escorado nos invasores e que prendia jornalistas e opositores, rondava 20%. Esta reprise de um regime antipopular dependente dos Estados Unidos, revelava que a elite deslocada pelos militares em 1968 reapropriava-se do poder (Gandásegui Hijo, 2017). Aproveitando a circunstância, o governo impôs no Natal de 1990 uma lei despedindo milhares de servidores públicos acusados de conspiração golpista, porque convocaram uma greve que coincidiu com a intentona militar. No final do governo Endara ainda se viam rondas conjuntas da nova polícia panamenha com os militares invasores.

Assim como em outros países centroamericanos, o crime organizado se tornou um fenômeno relevante no Panamá pós-Guerra Fria. Parece implausível que o desbaratamento das Forças de Defesa tenha impulsionado essas atividades, já que o país convivia com o narcotráfico ao menos desde os tempos da triangulação entre Noriega, a CIA e a Contra nicaraguense (Insight Crime, 2021). Porém, a constituição de gangues urbanas é um fenômeno posterior. Como observam dois marginais no filme “Invasión” de Abner Benaim, o que era briga de facas se transformou, depois da invasão, em disputas entre bandos com armas de fogo.

Mas o crime não se limita às periferias e também circula entre os arranha-céus espelhados na orla da capital. Antes da invasão e de Noriega, a constituição do centro bancário internacional impulsionou o lugar do Panamá como *hub* de atividades ilícitas, inclusive o narcotráfico. E estas redes delitivas atravessavam a elite panamenha, inclusive o novo governo. O vice-presidente Guillermo Ford e seu irmão Henry estavam envolvidos em lavagem de dinheiro, enquanto o próprio presidente Endara dirigiu o Banco Interoceânico do Panamá, notoriamente usado por traficantes de Medellín. Além disso, denúncias revelaram que o presidente e seu sócio Hernán Delgado ajudaram dois notórios traficantes de Miami a lavar lucros do tráfico (Murillo, 1995, p. 838). Como disse o jornalista Miguel Antonio Bernal (2009), os Estados Unidos levaram Ali Babá mas deixaram os 40 ladrões.

Esta realidade colocava um impasse. A elite resistia em modificar as leis de segredo bancário, uma vez que a lavagem de dinheiro se convertera em uma das principais indústrias do país. No entanto, a reconstrução necessária se apoiava na promessa de dinheiro do governo Bush, e o congresso estadunidense exigia maior transparência do setor bancário para aprová-las. Especificamente, impunha-se a assinatura de um abrangente Tratado de Assistência Legal Mutua, facultando desde a investigação de pessoas e contas no Panamá por tribunais estadunidenses, até o patrulhamento do mar territorial panamenho pela marina deste país (Panama Files, 2019; American Embassy, 1990). O tratado sacrificava a soberania no altar da economia, que estava em frangalhos. Durante vinte meses de sanções, o PIB panamenho caiu 28% (20% em 1988 e 8% no ano seguinte). A demora na aprovação dos fundos levou Endara, um homem particularmente gordo, a empreender uma controversa greve de fome interrompida quando Bush renovou a solicitação de U\$ 500 milhões para o país junto ao Congresso. Enquanto isso, o FMI dava um mês para o Panamá recomeçar a pagar sua dívida, sob risco de ser expulso da entidade (Murillo, 1995, p. 856).

Mais do que uma ingerência disfarçada de transparência financeira, os Estados Unidos e as instituições financeiras multilaterais exigiam a implementação de reformas neoliberais. Algumas semanas depois da solicitação de Bush, foi sinalizado que o Panamá receberia U\$ 420 milhões, mas não de uma vez. Inicialmente acessaria U\$ 244 milhões, dos quais U\$ 130 milhões seriam destinados para pagar credores em Nova Iorque, e os demais U\$ 114 milhões investidos na reconstrução do país. Adicionalmente, 84 milhões estavam condicionados à adesão ao “Tratado de Assistência Legal Mútua”, que aconteceria em abril do ano seguinte. O restante dependia da aprovação parlamentar de medidas de austeridade impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI, que incluíam o corte de milhares de servidores públicos em um país em que o desemprego atingia 20% da população em 1989, alcançando 33% no momento mais crítico da ocupação. Os danos causados pela invasão eram estimados em U\$ 2 bilhões ou o dobro quando se adiciona o prejuízo causado pelas sanções, além da fuga de capitais (Murillo, 1995, p. 857).

Neste contexto, os Estados Unidos levaram o governo Endara a assinar em julho de 1990 um “Acordo de Doação”, marco da inflexão neoliberal no Panamá. Segundo o acordo, o país se comprometia a implementar um severo ajuste

econômico incluindo a redução da folha de pagamento do Estado, a privatização de empresas públicas (nomeando as primeiras alvejadas), a redução de tarifas de importação, o fim dos controles de preços e uma nova reforma trabalhista. Até aquele momento, nem um dólar tinha chegado ao país. Meses depois, os compromissos neoliberais foram apresentados como uma estratégia do governo com o nome de “Plano Ford: uma estratégia nacional para o desenvolvimento e a modernização da economia”. A falta de legitimidade de Endara e a situação crítica do país exigiram postergar alguns destes compromissos para o governo seguinte de Ernesto Balladares (1994-99), sobretudo as privatizações. Em um primeiro momento o ajuste foi limitado e priorizou-se o pagamento da dívida, mas o norte estava dado (Beluche, 2001).

Retrospectivamente, o maior feito do governo Endara foi político. Apesar da legitimidade duvidosa de um presidente juramentado pela ocupação estrangeira, o poder militar, econômico e ideológico da aliança com os invasores se impôs. Limitado por sua impopularidade e falta de credibilidade, o primeiro governo pós-invasão não fez o que quis. No entanto, assentou sobre os escombros de uma ditadura impopular, as balizas da ordem que segue vigente. A sobrevivência de um governo contestado neste contexto crítico foi um logro político fundamental para a normalização que viria.

No final daquele mesmo ano, um pacote de reformas constitucionais que incluía a abolição perpétua do exército foi submetida ao voto popular. A proposta governista foi derrotada por 64% dos votos contra 32%, embora 60% dos eleitores se abstivessem. O resultado foi interpretado como um rechaço a Endara e uma vitória do PRD, que liderava a oposição. Paradoxalmente, na medida em que se evidenciou o desgaste do governo, o partido de origem torrijista moderou sua conduta, abandonando a posição inicial que exigia a renúncia de Endara e a antecipação das eleições (Gandásegui Hijo, 2017). Reposicionando-se como oposição leal, o partido legitimou o presidente e o regime instituído pela invasão, enquanto canalizava o descontentamento popular com o governo, credenciando-se para sucedê-lo. Ao se acomodar à nova ordem como o polo político oposto ao arnulfismo, o PRD corroborou para estabilizar a era política que se inaugurava.

Cinco anos depois da invasão que removeu Noriega, o PRD voltou ao poder. As eleições de 1994 foram vencidas pelo financista Ernesto Pérez Balladares, que

superou por estreita margem a viúva de Arnulfo Arias, Mireya Moscoso. Chefe da campanha do candidato norieguista na fraude de 1989, Balladares teria como missão desmontar o que restava do torrijismo. O candidato eleito pelos setores populares vitimados pelo neoliberalismo, se encarregaria de aprofundar o neoliberalismo, enquanto em nome da democracia, reestabelecia-se a política oligárquica (Gandásegui, 2017, p. 13). Em sua versão civil, o PRD colaborou para a oligarquia recuperar a hegemonia perdida sob os militares. Como fração de classe, os rentistas vinculados ao centro bancário internacional, à Zona Franca de Colón, ao canal e mesmo às maquilas, retomavam a condução indisputada do país depois do parêntese torrijista. Mais do que um padrão de dominação política sob a égide neoliberal, a hegemonia oligárquica implica uma naturalização das formas sociais que emanam do trânsito interoceânico e das atividades que dele derivam - o chamado “transitismo” (Castro, 2023) -, como se o Panamá não pudesse existir de outra maneira. O fetiche do canal em um país talhado por sua causa, se renovava.

Haiti: transição sem fim

A particularidade da transição haitiana rumo a uma democracia que nunca existiu foi a vitalidade do movimento popular que corroborou para a implosão da ditadura Duvalier (1957-1986). Em um momento em que o ocaso da Guerra Fria esvaziava o esteio internacional de regimes repressivos, uma onda de resistência camponesa convergiu com redes de protesto urbano, ambas fecundadas pela atuação da Igreja católica que tinha se “criolizado” sob os Duvalier. O desalento rural se converteu em raiva diante da campanha governamental que, seguindo recomendação de agências como a United States Agency for International Development (USAID), matou dois milhões de porcos pretos para conter a febre suína entre 1981 e 1984. No meio urbano, a perspectiva do fim da ditadura foi vivida como a liberação de uma libido há muito reprimida (Saint-Armand, 2021, p. 79). Destamparam-se múltiplas possibilidades de ativismo que inflamaram as ruas a partir de 1984. Confrontada com o fim do regime, é como se a sociedade se voltasse contra o Estado.

No entanto, como em outros países da região, a ditadura caiu por cima e não por baixo. A remoção do ditador foi descrita como “um golpe de Estado de alto nível com conivência internacional” (Rolph-Trouillot, 1990, p. 226). Os primeiros anos

depois da partida de Baby Doc se caracterizaram por altos níveis de turbulência política e social, em que o exército se posicionou como um sujeito político decisivo. As eleições em novembro de 1987 foram interdidas pela violência militar, que massacrava dezenas de eleitores e suspendeu o pleito. A votação realizada pouco depois sob controle militar foi boicotada pela maioria dos candidatos e mais de 90% dos eleitores se abstiveram (Carter, 1990). O vencedor foi o reputado intelectual Leslie Manigat, que manchou sua trajetória associando-se ao neodualismo. À maneira do Panamá, onde o presidente Delvalle era a face civil de um governo comandado por Noriega, Manigat investiu seu prestígio em um governo dominado pelos militares liderados pelo general Henri Namphy. Se havia dúvidas de quem tinha a mão forte, elas foram dissipadas cinco meses depois, quando Manigat foi apeado do poder pelo exército. Só no final de 1990 houve novas eleições no país. Naquele momento o Panamá já tinha sido invadido e os sandinistas tinham entregue o governo na Nicarágua.

A esperança de mudança foi encarnada pelo padre Jean-Bertrand Aristide, que batizou seu partido como *Lavalas* (enxurrada). Influenciado pela teologia da libertação, Aristide construiu sua reputação por meio do trabalho paroquial na comunidade favelada de La Saline na capital. Tributário de uma tradição católica de falar por, para e pelos oprimidos, Aristide e o Lavalas se comunicavam com o povo em crioulo, o que era uma marca de distinção em relação às elites afrancesadas. Ao mesmo tempo, o padre manejava o léxico da esquerda latino-americana, que logo lhe abraçou. Desprezado pelos rivais, Aristide não apresentou um programa político preciso, mas foi o único dos 11 candidatos com uma posição clara contra o passado repressivo encarnado pela milícia do regime, os *Tonton Macoute*. Em um país empobrecido e devastado pela ditadura, a proposta do padre salesiano de “passar da miséria à pobreza digna” arregimentou 67% dos votos no primeiro turno no final de 1990 (Castor, 2008; Deibert, 2017; Wargny, 2008).

A vitória de Aristide foi recebida com entusiasmo no país e no exterior. A brecha aberta pelo movimento popular parecia se alargar, abrindo uma alameda de esperança. O dualismo sofrera uma derrota acachapante, e os militares não teriam voz de comando no novo governo. Fora do país, a esquerda que amargou a derrota de Lula e do sandinismo celebrava o triunfo do Lavalas, enquanto o campo liberal identificava em Aristide uma liderança capaz de conduzir a transição

democrática evitando maior derramamento de sangue, à maneira de Nelson Mandela na África do Sul. Porém, apesar do tom conciliatório e da postura moderada do novo presidente, os militares haitianos acreditaram (ou quiseram acreditar) em uma ameaça revolucionária extemporânea. Sete meses depois de empossado, Aristide foi derrubado em setembro de 1991 por um golpe militar. A reação popular foi enfrentada com uma brutalidade que parecia ultrapassada, incluindo um revival dos *Tonton Macoutes* que tomou forma como o *Front Révolutionnaire Armé pour le Progrès d’Haïti* (FRAPH). Cerca de 5 mil pessoas foram assassinadas, milhares torturadas e outras 300 mil se esconderam ou fugiram (Bellegarde-Smith, 2004). A democracia haitiana morria sem nunca ter vivido.

Invasão 1: Retornando Aristide

Depois de uma passagem por Caracas, Aristide se exilou nos Estados Unidos, o que era em si um sinal de mudança dos tempos. O fim da Guerra Fria tornava anacrônico o regime militar, uma realidade que Noriega e Pinochet foram obrigados a confrontar. Neste contexto, a tentativa de construir um duvalierismo sem Duvalier (Castor, 2008, p.27) não encontrou respaldo na potência norteamericana que liderou um embargo de consequências devastadoras para uma economia que importava quase tudo o que consumia. O Haiti se tornou dependente do contrabando da República Dominicana, a Junta Militar chafurdou no tráfico de drogas e a imigração explodiu (Wargny, 2008, p. 137): entre o final de 1991 e o início de 1992 mais de 35.000 haitianos embarcaram em direção à Florida onde, ao contrário dos cubanos, não eram recebidos como refugiados políticos.

Em função da crise migratória, a pauta haitiana ganhou premência nos Estados Unidos e Bill Clinton se comprometeu a intervir no país na campanha que o levou à presidência em 1993. Em poucos meses, a administração Clinton compeliu Aristide a negociar com a Junta Militar liderada por Raoul Cédras e vice-versa, culminando nos acordos de Governors Island prevendo o retorno de Aristide em outubro daquele ano. Mas não foi uma triangulação simples.

Documentos desclassificados revelam o investimento do governo Clinton em fazer de Aristide um aliado, no qual nunca confiaram plenamente. O paciente esforço de estabelecer uma relação de confiança exigiu diversos encontros pessoais e telefonemas do presidente Clinton. Havia uma preocupação especial em convencer

o líder haitiano a adotar uma postura de reconciliação e anistiar os militares golpistas, restringindo o jogo político à esfera institucional em detrimento da sua base popular: “O seu regresso antecipado também aumentará a nossa influência sobre ele (Aristide) se ele procurar - como é previsível - atuar à margem do constitucional e se apoiar na sua base Lavalas em vez de insistir na reconciliação, e se promover atritos com as nossas forças no Haiti após o seu regresso” (Lake, 1994). O convencimento estava assentado no apoio militar ao seu retorno e na promessa em U\$1 bilhão de ajuda internacional ao longo de cinco anos para reconstruir o país (Clinton, 1993). Por debaixo dos panos, a CIA financiava o esquadrão da morte (FRAPH) que dizimava a base popular do Lavalas.

As autoridades ianques não podiam garantir que “este personagem psicologicamente complexo e politicamente pouco fiável” não torpedeasse o processo (Lake, 1993a). Caso Aristide não mordesse a cenoura, pairavam diversas ameaças: “criticá-lo publicamente; atrasar os pagamentos das suas contas bloqueadas; desassociar-nos e, em última instância, retirar o reconhecimento do seu governo” (Lake, 1993a). O líder haitiano também foi criticado por esperar que a comunidade internacional fizesse o serviço sujo de desbancar os militares e estabilizar o país para que ele pudesse voltar, o que o enviado da ONU e da OEA Dante Caputo chamou de política da “Imaculada Conceição” (Pezzulo, 2006, p. 97). Cenários para intervir sem Aristide foram discutidos, mas não eram vantajosos: “os apoiantes de Aristide nos atacariam por abandonarmos Aristide e abraçarmos um governo ilegítimo” (Lake, 1994). O melhor caminho era “incentivar Aristide a trabalhar com a OEA, a ONU e conosco (Estados Unidos)”. Uma relação de interdependência se desenhou: “A menos que ele (Aristide) possa contar conosco, sabemos que o processo não pode ser bem-sucedido; a menos que possamos contar com a sua total cooperação, o esforço também falhará” (Lake, 1993b).

Se Aristide não era confiável, os militares haitianos se mostraram intransigentes e traiçoeiros. Os estadunidenses pretendiam convencer a junta a ceder o poder por meio de uma combinação entre ameaça militar e sanções, cujo impacto social devastador legitimaria a intervenção armada, retratada como o último recurso disponível: “precisamos tentar usar o potencial destrutivo das sanções para criar uma justificativa convincente para o uso da força, um apelo à ONU para que a força multilateral participe a intervenção ou, na sua falta, apoiar

unilateralmente (uma intervenção) dos Estados Unidos” (Lake, 1994). Outros viram esta posição com ceticismo, uma vez que a agressão colocava o regime na posição de vítima de uma agressão internacional, o que poderia fortalecê-lo.

Em outubro de 1993, quando se aproximava a data acordada em *Governors Island* para o retorno de Aristide, a marinha dos Estados Unidos despachou um navio militar que se deparou com uma manifestação no porto haitiano em que pretendia atracar. Embora os manifestantes fossem poucos e não constituíssem um desafio militar, os Estados Unidos acabavam de perder dezenas de militares na Somália e o navio recebeu ordens para retornar. O episódio foi interpretado como uma vitória para a linha dura do exército e o FRAPH, seu braço paramilitar. Na sequência, o Ministro da Justiça interino nomeado por Aristide foi assassinado e o gabinete do seu Primeiro-Ministro Robert Naval passou para a clandestinidade, enquanto Cédras anunciava que não cumpriria o acordado com o presidente no exílio (Pezzulo, 2006).

Os Estados Unidos responderam ao endurecimento do regime com um bloqueio naval, uma escalada nas sanções e uma investida diplomática visando legitimar uma invasão que, a seus olhos, parecia inevitável. O Conselho de Segurança da ONU autorizou o uso de força militar para implementar as sanções, cuja adesão internacional aumentou. Na expectativa de demover os militares haitianos, o negociador do governo Clinton no Haiti elevou o tom, aludindo ao desenlace do regime Noriega no Panamá cinco anos antes: “Na verdade, conheci um grupo de caras como você no Panamá (...) Muitos deles eram caras legais, soldados que tinham os interesses de sua instituição no coração. Mas quando ainda tinham a oportunidade de influenciar os eventos, eles paralisaram. Eles bobearam e foram atropelados pelos acontecimentos. Hoje, todos esses panamenhos estão mortos ou presos. Isso é um fato. E é aí que vocês vão acabar se continuarem empacados” (Apud Pezzullo, 2006, p. 67-68).

Como a Junta Militar não se abalou, em julho de 1994 o Conselho de Segurança da ONU autorizou por meio da resolução 940 uma intervenção armada para “restaurar a democracia no Haiti”, que deveria ser sucedida por uma missão de paz. A intervenção armada só foi evitada por uma manobra diplomática de última hora liderada pelo ex-presidente Jimmy Carter. Em um momento em que aviões já se deslocavam para o Haiti, ofereceu-se aos militares golpistas uma aposentadoria

antecipada e honrosa, a promessa de suspensão imediata das sanções e a aprovação de uma lei de anistia geral. O vínculo pessoal do General Colin Powell com o General Cédras, que tinha sido aluno seu na Escola das Américas, foi instrumental na negociação. Porém, a delegação estadunidense não hesitou em recordar as operações da 82ª *Airborne Division* em Granada (1983) e no Panamá (1989) para demover os haitianos (Pezzullo, 2006).

O acordo previa a cooperação do exército e da polícia haitiana com a missão militar estadunidense que decolava. Poucos dias depois, três mil soldados desembarcaram no país. Os oficiais haitianos foram surpreendidos pela natureza e dimensão da ocupação, mas já era tarde. Cédras se exilou no Panamá do recém-empossado Balladares, que fez seu primeiro favor aos Estados Unidos. Em 15 de outubro, Jean-Bertrand Aristide voltou à presidência escoltado por 20 mil soldados movimentando cruzadores, porta-aviões, aviões de combate e helicópteros: começava a segunda ocupação militar estadunidense no Haiti no século XX.

O aparato bélico também desconcertou a população, já que o país não estava em guerra. Meses depois, a operação “Defender a Democracia” (*Uphold Democracy*) cedeu lugar para a uma missão de paz da ONU na qual participaram muitos soldados da intervenção original, além do comandante das tropas estadunidenses, que também chefiou as forças onusianas. Sob nomes de missão diversos, a presença internacional se estendeu até o final do século. Paradoxalmente, as condições do retorno de Aristide corroboraram para aprofundar a influência estrangeira que sempre criticou.

O decênio Lavalas (1994-2004): entre o incendiário e o bombeiro

Aristide foi o primeiro presidente deposto na América Latina restituído ao cargo. Mas chegar à presidência eleito por 2/3 dos votos com um mandato de mudança radical, era muito diferente de ser escoltado por tropas invasoras para reconciliar o país e sintonizá-lo com a globalização neoliberal esposada por seus patronos, que ainda descontaram os 37 meses de exílio do mandato que lhe tocava cumprir. Aristide não era o mesmo, mas o país também não. Naqueles três anos, a corrosão social do período Duvalier foi aprofundada: instituições governamentais se fecharam, a universidade sofreu intervenção e o turismo estancou. O PIB

encolheu em um quinto, 200 mil empregos se perderam e a renda *per capita* diminuiu em 30% (Gibbons; Garfield, 1999).

Apesar da situação crítica do país, a política dos invasores agravou a debilidade das instituições nacionais em lugar de reforçá-las. De um lado, a invasão estadunidense seguida pela missão onusiana abriu as portas para uma outra invasão, protagonizada por organizações não governamentais (ONGs). Embora sua presença não fosse inédita, a visibilidade internacional da situação haitiana atraiu muitas organizações que se escoraram no aparato da ocupação para se estabelecer no país. Frequentemente, a lógica de funcionamento destas organizações compete com as instituições estatais, quando não corrobora para o seu desmantelamento (Thomaz, 2010). Em lugar de reconstituir-se como nação, o Haiti estava em vias de se converter em uma “república das ONGs” (Schuller, 2017).

Por outro lado, o apoio estadunidense e das instituições financeiras multilaterais ao governo estava condicionado à liberalização dos mercados e à implementação de um programa de ajuste estrutural, segundo um acordo assinado em Paris um mês antes do retorno de Aristide. O intelectual Gerard Pierre-Charles (2020, p. 202) descreveu esta política como um “plano de choque”:

Em termos de gestão econômica, a internacionalização é acompanhada dos pacotes correspondentes, em termos de créditos, macroprojetos, mercados, contratos, modelos de crescimento, receitas de política econômica e financeira cunhada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Tudo isso, combinando a assistência internacional com incentivos a investimentos no setor privado, especialmente em maquiladoras, que devem se tornar mais competitivas em decorrência da desvalorização. Este é um plano de choque, inspirado nos modelos de ajuste estrutural (Pierre-Charles: 2020, p. 202)

O governo elevou as tarifas de energia, água e telefone, enquanto a alíquota de importação foi reduzida para 3%, em contraste com a média de 20% na República Dominicana (Étienne, 2007). Particularmente desastrosa foi a liberalização da importação do arroz, cujo imposto se reduziu de 50% para 3%. O Haiti deixou de ser autosuficiente para se tornar um dos principais importadores de arroz subsidiado, notadamente do Arkansas, estado natal de Clinton. Posteriormente, o próprio presidente reconheceu os efeitos devastadores da medida, que considerou um erro (Ninaj, 2016). A agenda antipopular não foi consensual no próprio governo Aristide.

O primeiro-ministro Smarck Michel e a ministra das finanças Marie Michéle Rey eram aliados dos Estados Unidos comprometidos com o programa de privatizações (Office, 1995), mas enfrentaram oposição interna inclusive do presidente e renunciaram um ano mais tarde. Naquele momento já se preparavam as eleições, uma vez que os 15 meses concedidos para Aristide concluir o seu mandato terminavam e as manobras para estendê-lo não tiveram sucesso.

Talvez a medida de maior consequência deste breve mandato foi o desmanche do exército. Os invasores afirmaram em inúmeras ocasiões a necessidade de reformar o sistema judiciário, profissionalizar o exército e separá-lo da polícia (Lake: 1993c). Mas a abolição do corpo armado parece ter sido uma iniciativa de Aristide baseada no precedente panamenho. Desde o primeiro momento, os ianques receavam que o colapso súbito do exército provocasse uma situação insurgente. Por este motivo, negociaram e colaboraram com as detestadas Forças Armadas para manter a ordem e evitar o cenário panamenho, onde a invasão foi seguida por uma onda de saques. E assim como no Panamá (Morales, 2019), os invasores confiscaram arquivos do exército e do FRAPH, que poderiam revelar conexões sombrias com Washington. O arquiteto deste esquadrão da morte, Emmanuel “Toto” Constant, fugiu para os Estados Unidos e revelou na televisão que foi agente da CIA entre 1991 e 1994. Toto refez a vida como corretor de imóveis no Brooklin até ser condenado à prisão por fraude no mercado imobiliário. Em 2020, foi deportado por Trump e preso no Haiti, onde seria liberado porque a justiça não localizou o processo que o condenou *in absentia* em 2001 (The Center for Justice and Accountability, 2009; Défenseus Puls, 2021).

A dissolução do exército em um contexto de corrosão social resultou em uma crescente militarização da sociedade haitiana. É como se o avesso do monopólio da violência consentida – que no Haiti nunca foi realmente monopolizada nem consentida – fosse o seu fracionamento para muitos lados. Em reação aos aparatos paramilitares neo-duvalieristas que continuavam operando, constituíram-se estruturas de autodefesa em bairros populares simpatizantes do Lavalas (The Global Initiative, 2022, p. 5). A aproximação entre organizações comunitárias e o movimento associado ao presidente foi complexa, sendo motivada por uma confluência entre a busca por proteção, interesses econômicos e identidade política. Aristide por sua vez, alimentou esta aliança com o “gueto”, fazendo de bairros

favelados como aquele em que serviu como pároco em Porto Príncipe, a sua base preferencial.

Espaço nuclear da sociabilidade periférica, as bases (*baz* em crioulo) se dedicam às atividades descritas pelos moradores como “política” (relação com o Estado), “desenvolvimento” (projetos do governo ou de ONGs), “cultura” (festas e performances) e “violência” (crime, autodefesa e controle do território) (Braun, 2014, p. 160). No início dos anos 1990 as bases não se caracterizavam por vínculos com atividades delitivas e o armamento que manejavam ainda era precário. Porém, de modo análogo ao que aconteceu em El Salvador, a deportação de marginais haitianos dos Estados Unidos naquela década trouxe consigo uma cultura “gangster” (Braun, 2014, p. 245). Embora o negócio principal das bases nunca tenha sido a droga, a pobreza faz com que a concorrência por oportunidades de acessar dinheiro e trabalho tendam à violência. Por este prisma, as bases podem ser vistas como uma forma de organização da concorrência comunitária na luta por escassas oportunidades de acessar dinheiro originado de projetos junto à cooperação internacional e ao Estado. Evidentemente, trata-se de uma dinâmica violenta e não por acaso, a atuação das bases envolve uma dimensão armada que explode ocasionalmente em conflitos territoriais.

Foi navegando nestes meandros que Aristide renovou sua aliança com setores populares. Porém, a política do líder lavalassiano distanciou-se de um projeto de mudança social para abraçar ambições caudilhescas, arriscando a reincidir traços de um autoritarismo populista que teve na ditadura Duvalier sua encarnação mais recente. Neste quadro, o movimento Lavalas cindiu-se. O ex-presidente criou um novo partido, o *Fanmi Lavalas* (“Família Lavalas”), e deixou definitivamente o sacerdócio. Aristide não conseguiu prolongar o seu curto mandato, mas elegeu como sucessor René Preval (1995-2000), que tinha sido primeiro-ministro do seu governo em 1991.

Aristide chamava Préval de irmão gêmeo, uma figura que tem um estatuto sagrado no vodou (Wilentz, 2017). Gêmeos, mas não por semelhança: estas figuras de temperamento oposto se complementaram na política haitiana pós invasão. Alternando-se no poder, cada um presidiu o país duas vezes. Préval foi o primeiro presidente haitiano eleito a completar o mandato na história, e isso aconteceu duas vezes: em 2000 e 2010. Já Aristide voltou a ser derrubado em 2004. Préval deveu

sua primeira eleição em 1995 ao prestígio da Família Lavalas e do seu líder, que cedeu a presidência contrariado. Este primeiro mandato foi marcado por reformas estruturais e privatizações, além de disputas intestinas que paralisaram o governo. Mas quando se reelegeu em um país novamente ocupado em 2006, Préval se afirmara como uma liderança moderada e confiável para as potências internacionais. Em outras palavras, o contrário de Aristide. E, no entanto, seu prestígio continuava ligado ao seu duplo, ainda que de modo inverso: como disse o diplomata Ricardo Seitenfuss (2024), Aristide era o incendiário e Préval, o bombeiro (informação verbal)⁶.

O país ameaçou pegar fogo na última presidência de Aristide (2001-2004). As eleições de 2000 foram boicotadas por uma oposição apoiada pelo republicanismo estadunidense, e a acusação de fraude nas eleições parlamentares foi endossada por Clinton, que suspendeu a ajuda externa. Aristide tinha caído em desgraça com seu patrono imperial, mas não foi pela esquerda. No plano macroeconômico, a década de domínio do Lavalas (1994-2004) nunca desafiou a agenda do ajuste estrutural e se Aristide questionou as privatizações sob Préval, nunca considerou revertê-las. A abertura comercial e financeira facilitou a inserção em circuitos internacionais mercantis e financeiros de uma economia que produzia cada vez menos aquilo que consumia, dependendo da ajuda internacional, de remessas e de tráficos diversos (Rosny Smart, 2008, p. 30).

Potencialmente explosivo foi o caminho pelo qual Aristide renovou os vínculos de lealdade com setores populares. Enquanto o líder lavassaliano derivava para um projeto de poder pessoal, a crise multidimensional acuava os guetos, que recorreram a estratégias de sobrevivência em que Aristide foi identificado como um aliado. No cruzamento entre um líder em busca de uma base popular e de bases em busca de aliados no poder, engendraram-se vínculos que tendiam a se descolar da adesão ideológica a um projeto societário. Em uma realidade em que o potencial redistributivo do Estado é extremamente limitado, as bases estabeleciam vínculos obscuros com o governo, facilitando uma espécie de redistribuição forçada e violenta de riqueza, recorrendo a extorsões e sequestros. O caudilho popular pretendeu fazer do movimento social que lhe apoiava um instrumento de disputa política e repressão, ao mesmo tempo em que seu governo reproduzia os abusos de poder, o clientelismo e o autoritarismo característico de regimes anteriores

(Hurbon, 2001). Muitos que apoiaram o primeiro governo Aristide, agora estavam na oposição (Concertation pour Haiti, 2004).

Entre dissidências e grupos armados pela oposição, o governo se deparou com uma série de levantes comprometendo o controle do território. Focos armados proliferaram na fronteira com a República Dominicana e o *Front de Resistance de l'Artibonite* armado por ex-militares na região de Gonaives ameaçava marchar até a capital, enquanto Colin Powell agora pressionava o presidente a renunciar.

No bicentenário da revolução em 2004, o Haiti foi invadido novamente pelos Estados Unidos. Como dez anos antes, a defesa dos direitos humanos e da democracia situava o direito de intervenção no terreno moral, referido a valores universais que comandavam aprovação internacional - desta vez, contra Aristide. Na prática, a intervenção se tornara um direito apropriado pelos fortes (Wallerstein, 2007), que reciclavam a ideologia da missão civilizatória com a roupagem da democracia e dos direitos humanos escorada no complexo militar-humanitário que se instaurou à sombra da Minustah.

Reflexões finais

Panamá e Haiti sofreram as duas últimas invasões estadunidenses no continente americano no século XX. Na medida em que se virava a página da Guerra Fria, a violência imperial mudava de direção. Em lugar de sustentar ditaduras escoradas em militares como os Duvalier no Haiti e se aliar a personagens como Manuel Noriega no Panamá, a potência norte-americana empregou a força para demover regimes militares e instaurar governos eleitos. Esta operação teve impacto e consequências muito diferentes em cada um dos países.

No Panamá, a intervenção mobilizou 25 mil tropas que invadiram o país a partir da zona do Canal e de outros lugares visando submeter o exército e capturar Manuel Noriega. Apesar do seu caráter antidemocrático, o regime tinha apoio de setores populares que se armaram nos Batalhões da Dignidade, alguns dos quais enfrentaram os invasores. O resultado foi uma invasão extremamente violenta que causou um número indeterminado de mortes e arrasou partes da capital, notadamente o bairro popular de El Chorrillo. A invasão de 1989 configurou-se como um evento traumático e de modo comparável ao que se observa em relação às ditaduras do Cone Sul, setores da sociedade panamenha se mobilizam em busca de

reconhecimento e reparação, ao mesmo tempo em que se empenham para que a invasão e os seus mortos não sejam esquecidos. Por outro lado, a política dominante milita para invisibilizar a invasão que estabeleceu as condições da sua hegemonia. Como sugeriu Rolph-Trouillot (1995) em outro contexto, silêncios precisam ser ativamente construídos. No limite, o *establishment* panamenho replica a narrativa dos invasores que retratam a agressão como uma libertação, o que é uma forma velada de reconhecer a sua dívida de sangue⁷.

No caso haitiano, testemunhos relatam que o precedente panamenho foi evocado de maneira explícita em negociações de última hora para convencer os militares a deixar o poder e evitar derramamento de sangue. Ainda assim, 20 mil tropas invadiram um país em que o exército estava rendido e não havia uma guerra civil: no Haiti, explicitou-se a dimensão espetacular das intervenções. Diferente do Panamá, a invasão de 1994 não se configurou como um trauma coletivo que originou esforços de memorialização comparáveis. É provável que o seu impacto tenha se diluído à luz do que veio depois, em particular da violência associada à invasão de 2004. Na realidade, em 1994 a violência política precedeu a invasão. Enquanto condenavam o golpe contra Aristide e implementavam um bloqueio econômico similar ao que acometeu o Panamá, os Estados Unidos apoiavam por meio da CIA a repressão aos partidários do Lavalas perpetrada pela FRAPH. No Haiti, a invasão de 1994 foi precedida e sucedida por maior violência, enquanto no Panamá a violência concentrou-se em torno da invasão.

O contraste de forma e extensão da violência pode ser visto como um sintoma da eficácia da invasão como dispositivo geopolítico disciplinador. Em ambos os casos, a invasão teve sucesso no seu objetivo declarado de derrubar o regime vigente e empossar presidentes eleitos. Com o fim da Guerra Fria, a democracia se tornara uma senha modernizadora. Porém, a democracia que se institui pela força (Hippel, 2003) devia corresponder à visão de mundo da potência norte americana que a sustentava, sendo funcional aos seus interesses. Cabia aos governos instituídos remodelar as relações sociais e a atuação estatal segundo os parâmetros do ajuste estrutural neoliberal e da liberalização econômica global. Deste ponto de vista, as invasões operaram como dispositivos de choque que facilitaram um reordenamento econômico, social e político abrangente, em sintonia com o neoliberalismo e a globalização. O resultado contrastante deste reordenamento remete a múltiplos

fatores relacionados à especificidade histórica de cada país. No entanto, a eficácia das invasões do ponto de vista de quem as engendrou também diz respeito às situações políticas diferentes, bem como às possibilidades de inserção de cada país em uma economia globalizada.

Documentos desclassificados revelam que George Bush cultivou uma relação de parceria com Guillermo Endara desde antes da invasão, e essa cumplicidade continuou quando o panamenho se tornou presidente. As diferenças entre os governos se restringiram ao tempo e ao ritmo dos compromissos assumidos. Enquanto o governo Endara ansiava por uma ajuda financeira mais ágil e volumosa, o governo estadunidense e as instituições financeiras multilaterais pressionavam por privatizações e cortes. A convergência entre o interesse dos Estados Unidos e o governo panamenho nunca esteve em questão. Do ponto de vista da estabilidade política, a corrente potencialmente crítica da invasão e que reivindicava o passado torrijista se repaginou como o outro polo da gestão da ordem que se desenhava. Esta gestão foi facilitada pelo acelerado crescimento econômico que acompanhou a inserção relativamente exitosa do Panamá na globalização. A alternância política na prosperidade econômica assegurou continuidade e estabilidade à ordem fundada pela invasão, configurando uma nova hegemonia.

Diferente de Endara, Aristide nunca gozou da confiança do *establishment*. Suas origens políticas remetem à teologia da libertação e à crítica à ditadura, o que o aparentava com a esquerda. Paradoxalmente, a popularidade era seu principal ativo aos olhos da potência norte-americana porque legitimava uma intervenção urgida pela crise migratória, mas que foi apresentada como um imperativo moral. Daí a ambiguidade estadunidense: enquanto a diplomacia aliciava Aristide, a CIA municiaava o FRAPH. Os Estados Unidos precisavam do presidente, mas não da política que ele encarnava aos olhos da sua base popular. Como consequência, embora a invasão do Haiti não fosse sangrenta como a do Panamá, a ocupação que seguiu foi incapaz de produzir uma estabilidade comparável. Face à desconfiança dos invasores, Aristide teve apenas alguns meses para completar o seu mandato, durante os quais desmantelou o exército como no Panamá, mas com consequências muito distintas.

Apesar das diferenças entre os países, o decênio de governos do Famni Lavalas também implementou a agenda do ajuste estrutural e a liberalização

econômica. Mas o Haiti não dispunha dos diferenciais competitivos do Panamá no mundo globalizado. A convergência entre neoliberalismo e globalização agravou a situação da população rural, minando as reservas de vida comunitária que remetem à tradição revolucionária contra a plantation (Casimir, 2020). A precariedade da infraestrutura e a instabilidade social desfavoreceram o turismo, via caribenha por excelência de inserção na globalização e que vingou na vizinha República Dominicana. É certo que cruzeiros não deixaram de atracar em Labadie (*Labadee* segundo a *Royal Caribbean*) nem com o terremoto em 2010, mas seu peso na economia é irrisório (informação verbal)⁸. Tampouco as maquiladoras frearam a corrosão social e a economia depende cada vez mais das remessas de quem emigra. Em uma realidade em que escasseia o trabalho, a reprodução social se tornou cada vez mais violenta e as fronteiras entre economia legal e delitativa se borraram, como na América Central. A particularidade do Haiti foi a sua conversão em alvo preferencial de organizações não-governamentais internacionais que só podem servir como paliativo ao desamparo produzido pela globalização neoliberal.

Neste quadro, em lugar de se tornar uma força estabilizadora, a política de Aristide se metamorfoseou em consonância com a corrosão violenta do país. Sua popularidade se divorciou da missão civilizatória de roupagem democrática daqueles que lhe restituíram à presidência e este papel foi assumido por seu duplo René Préval quando o presidente foi deposto pela segunda vez em 2004. Naquelas alturas, a violência se descolava da política para se misturar com as exigências cotidianas de reprodução da vida. O dispositivo militar humanitário sustentado pela Minustah conteve a corrosão violenta enquanto durou e a cooperação internacional intensificou sua presença depois do terremoto de 2010. Porém, a convergência entre o fim da Minustah em 2017, a redução da cooperação internacional, o fim da Petrocaribe e a queda das remessas no contexto da pandemia resultou em uma aceleração da crise que desde então, só se agravou⁹.

A comparação entre os desdobramentos das invasões estadunidenses no Panamá e no Haiti sugere políticas semelhantes, mas com consequências distintas. Não afirmamos que as invasões foram provocadas pelo ensejo de sintonizar estes países com a globalização neoliberal, mas sim, que esta agenda orientou os governos que então se instalaram. Os resultados díspares remetem a múltiplos fatores, alguns dos quais são discutidos neste texto. Sugere-se que o destino contrastante não pode

ser explicado somente pelas invasões, com suas semelhanças e diferenças, mas remete às possibilidades – ou impossibilidades - de inserção na globalização. Enquanto o Panamá se beneficiou do crescimento dos setores associadas à economia transitista, o que em última instância remete à sua situação geográfica particular, as turbulências vividas pelo Haiti dificultaram que o país engrenasse de modo substantivo nos negócios abertos à América Central e ao Caribe, com todas as suas contradições. Se o PIB do país cresceu depois do terremoto em 2010 foi por causa da cooperação internacional, que ensaiou fazer do país uma república das ONGs (informação verbal)¹⁰.

Sem ter como se valorizar no mundo globalizado, o Haiti se afigura como um posto avançado da corrosão social que atravessa o subcontinente. Expulsos pela falta de oportunidades ou pela violência criminoso, muitos haitianos emigram em um mundo que lhes fecha as fronteiras. Sem poder ficar, mas sem poder ir, compartilham a sorte de milhões de centroamericanos em busca de um lugar em um mundo onde parecem não ter lugar. Visto por este ângulo, o contraste entre Panamá e Haiti sugere que o êxito relativo do reordenamento produzido pela invasão no Panamá é excepcional como a própria condição do canal. A globalização replica na esfera internacional a lógica concorrencial e excludente da sociabilidade neoliberal. Deste ponto de vista, o destino do Haiti aparece como a regra, e o Panamá como a exceção.

Referências

ADMINISTRATION'S VIEW. "**Post-invasion Panama**. The status of democracy and the civilian casualties controversy". 30 Jul 1991. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NU7mwvCsZndq5PqGes4q2Wg-C6szVUBo/view>. Acesso em: 23 mar. 2025.

AMERICAN EMBASSY in Panama to State Department. 'Economy Recovery. Discussion with World Bank". *Panama Files, Set 1990*.

ARAÚZ, Celestino. Estudio historiográfico sobre las interpretaciones en torno a la separación de Panamá de Colombia en 1903. En libro: **Revista Tareas**, n. 117, mayo-agosto. CELA, Centro de Estudios Justo Arosemena, Panamá, R. de Panamá. 2004. p. 63-96.

ARAÚZ, Celestino; PIZZURNO, Patricia. **Estudios sobre el Panamá republicano: 1903-1989**. Panamá: Manfer: 1996.

BANCO MUNDIAL. **Datos**. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/>. Acesso em 31 jan. 2025.

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. **Haiti**. La ciudadela vulnerada. La Habana: Editorial Oriente, 2004.

BELUCHE, Olmedo. **Diez años de luchas políticas y sociales en Panamá: 1980-1990**. Panamá: Articsa, 2001.

BELUCHE, Olmedo. **La verdad sobre la invasión**. Panamá: Manfer, 2004.

BERNAL, Miguel Antonio. 'Un rebelde con causa'. Entrevista. **La Estrella de Panamá** 5 Jul 2009. Disponível em: <https://www.laestrella.com.pa/vida-y-cultura/cultura/causa-rebelde>. Acesso em 25 mar. 2025.

BRAUM, Pedro. **Rat pa kaka: Política, Desenvolvimento e Violência no Coração de Porto Príncipe**. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BUSHNELL, John. Telegram, 'Panamanians Hope for a Successful Coup: Noriega Plans for a New Year in Power', 13 Dec. 1989, **Wikileaks**. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/89PANAMA8545_a.html. Acesso em 20 mar 2025.

CARTER, Jimmy. "Haiti's Election Needs Help". **The Carter Center**, 30 Set 1990. Disponível em: <https://www.cartercenter.org/news/documents/doc1379.html>. Acesso em 20 abr. 2025.

CASIMIR, Jean. **The Haitians: A Decolonial History**. University of North Carolina Press: 2020.

CASTOR, Suzy. "La transición haitiana: entre los peligros y la esperanza". Em: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. Debates. La construcción democrática en Haití y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Año VIII, n. 23, 2008.

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine d'Haiti**. Port-au-Prince: CRESFED, 1988.

CASTRO, Guillermo. 'Transitismo en autofagia'. **IELA**, setembro de 2023. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/panama-transitismo-en-autofagia/>. Acesso em 20 mar 2025.

CIA (Central Intelligence Agency). **The World Fact Book**. 2024. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em 31 mar. 2025.

CLINTON, Bill. Meeting with president Aristide. March 16, 1993, 4:00 - 5:00pm EST COMISIÓN de la Verdad. **Informe de la comisión de la verdad**. Panamá, 2002.

CONCERTATION POUR HAÏTI. **Pour quoi doit-il Aristide partir? Recommandations de la Concertation pour Haïti au gouvernement canadien**.

fev. 2004. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article1166>. Acesso 25 abr. 2025.

CRAMER, Jane Kellet, “Just Cause” or Just Politics: US Panama Invasion and Standardizing Qualitative Tests for Diversionary War’, **Armed Forces and Society**, xxxii, jan. 2006, 178–201.

D’HAESELEER, B. “Paving the Way for Baghdad: The US Invasion of Panama, 1989”. **The International History Review**, 41(6), 2008, p. 1194–1215.

DÉFENSEURS PLUS. “**Rapport alternatif de Défenseurs Plus sur la mise en œuvre du Pacte International relatif aux Droits Civils et Politiques suite au rapport additif de l’État haïtien em 2020**” Janvier 2021. Disponível em: https://ccprcentre.org/files/documents/INT_CCPR_CSS_HTI_44584_F.pdf. Acesso em 20 mai. 2025.

DEIBERT, Michael. **Haiti will not perish**. A recent history. London: Zed Books, 2017.

DINGES, John. **Our man in Panama**. New York: Random House, 1990.

DUBOIS, Laurent. **Les vengeurs du nouveau monde**. Histoire de la révolution haïtienne. Port-au-Prince: Les Éditions de l’Université d’État d’Haiti, 2009.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **L’énigme haïtienne**. Presses de l’Université de Montréal, 2007.

FISHEL, John. **The fog of peace**: planning and executing the reconstruction of Panama. Strategic Studies. U.S. Army College, 1992.

GANDÁSEGUI HIJO. Marco A. “Dinámica electoral en Panamá de la pos-invasión”. **Tareas** [en línea]. 2017, (157), 5-25 Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=535054292001>. Acesso em 25 mar. 2025.

GANDÁSEGUI HIJO. Marco A. **La democracia en Panamá**. México: Universidad Autónoma Mexicana, 1989.

GIBBONS, E; GARFIELD, R. “The impact of Economic Sanctions on health and Human Rights in Haiti 1991–1994. **American Journal of Public Health**. Oct.1999.

GRANDIN, Greg. ‘How the US Created a “Little Hiroshima” in Central America’, **The Nation**, 22 dec. 2014.

HAAS, Richard. **Intervention**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1994.

HIPPEL, Karen von. **Democracia pela força**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

HURBON, Laënnec. **Pour une sociologie d'Haïti au XXIe siècle**. La démocratie introuvable, Paris, Karthala, 2001.

INFORME No. 121/18. Caso 10573. Informe de Fondo, caso 10573. **Jose Isabel Salas Galindo y otros contra Estados Unidos**. Panamá: Universidad de Panamá: 2019.

INSIGHT CRIME. '**Panama Profile**'. 24 Mar 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/panama-organized-crime-news/panama/>. Acesso em 27 mar. 2025.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine**. The rise of disaster capitalism. Knopf, 2007.

LAKE, Anthony. The White House, Washington. **Meeting with president Jean-Bertrand Aristide**. March 15, 1993.

LAKE, Anthony. **Haiti: Refining the Option Involving Possible Use of Force**. 12 April 1994.

LAKE, Anthony. The White House, Washington. **Meeting with president Jean-Bertrand Aristide**. March 15, 1993b.

LAKE, Anthony. **The Role of the UN and OAS** March 15 1993c.

LAKE, Anthony. **Memorandum for the president**, 12 Mar 1993a.

MANDULEY, Julio; VALENZUELA Feijóo, José. **Panamá: estructura-conyuntura. Conflicto, clases y política**. Panamá: CEE, 2009.

McCALL, Noris Lyn 'Assessing the Role of Air Power' in Peter Tsouras and Bruce Watson (ed) **Operation Just Cause the US Intervention in Panama**. Boulder, CO: Westview Press, 1991, p. 115-22, 118.

MEMORANDUM. **Telephone Conversation with Guillermo Endara, President-elect of Panama**. 14 Mar 1990. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1m_s4lh6ovtBYutf74EAq-9wQj4CTkGKB/view. Acesso em 20 mar 2025.

MEMORANDUM. **Telephone Conversation with Guillermo Endara, President-elect of Panama**. 7 Jun 1989. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k1G0mVtEk-0u5_TwGUyZWDXLJlpPfDo/view. Acesso em 20 mar. 2025.

MORALES, Eliana. "Noriega files: la pelea por los archivos de inteligencia". **Concolón**: 16 Dez 2019. Disponível em: <https://panamafiles.revistaconcolon.com/noriega-files-la-pelea-por-los-archivos-de->. Acesso em 20 abr. 2025.

MURILLO, Luis. **The Noriega mess. The drugs, the Canal, and why America invaded**. Berkeley: Videobooks, 1995.

NINAJ, Raoul. "Bill Clinton's Trade Policies Destroyed Haitian Rice Farming, Now Haiti Faces Post-Hurricane Famine". **Democracy now**, 11 Out 2016. Disponível em: https://www.democracynow.org/2016/10/11/bill_clinton_s_trade_policies_destroyed. Acesso em 20 abr. 2025.

OFFICE of the Vice-President. **Meeting with Haitian Prime Minister Michel and Finance Minister Rey**. Washington, Set 1995.

PANAMA FILES. "Los papeles de la Invasión de los Estados Unidos a Panamá" **Revista Concolón**. 16 Dez 2019. Disponível em: <https://panamafiles.revistaconcolon.com/los-papeles-de-la-invasion-de-los-estados-unidos-a-panama/>. Acesso em 23 mar. 2025.

PEZZULLO, Ralph. **Plunging into Haiti: Clinton, Aristide, and the Defeat of Diplomacy**. University Press of Mississippi, 2006.

PFEIFFER, Bryan, "Former CIA Director Turner: 'Panama invasion a mistake'". **Barre Times-Argus**, 3 Fev 1989.

PIERRE-CHARLES, Gérard. **Haiti. Pese a todo, la utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2020.

ROBINSON, William I. **Conflictos transnacionales: Centroamérica, cambio social y globalización**. San Salvador: UCA Editores, 2011.

ROLPH-TROUILLOT, Michel. **Silencing the past**. Boston: Beacon Press, 1995.

ROLPH-TROUILLOT, Michel. **State against nation**. The origins and legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990.

SMART, Rosny. "Las desventuras de la democracia en Haiti". Em: Observatorio Social de América Latina (OSAL). Debates. **La construcción democrática en Haití y el Caribe**. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.

SAINT-ARMAND, Géraldo. **Politiques de l'insécurité**. Une anthropologie narrative du regime d'existence institué en Haïti. Éditions Étoile Polaire, 2021.

SANTA FE 2. Francis Bouchev, Roger Fontaine, David C. Jordan y Lt. general Gordon Summer, "Una Estrategia para América Latina en los 90: Informe Santa Fe II", **Colombia Internacional** [En línea]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/colombiaint/26523>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Schuller, Mark. "Haiti's 'Republic of NGOs.'" **Current History**, v. 116, n. 787, p. 68–73, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48614231>. Acesso em 23 mar. 2025.

SMART, Rosny. "Las desventuras de la democracia en Haiti". Em: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. Debates. La construcción democrática en Haití y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, Ano VIII, n. 23, 2008.

SOL, Laura; BUDASOFF, Eliezer. “Perdone que le llame a esta hora. Nos desplegamos en Panamá”: así explicó Bush la invasión a los líderes de América Latina. **Concolón**, 2019. Disponível em: <https://revistaconcolon.com/investigacion/perdone-que-le-llame-a-esta-hora-nos-desplegamos-en-panama-asi-explico-bush-la-invasion-a-los-lideres-de-america-latina/>. Acesso em 23 mar. 2025.

SOLER, Ricaurte. **Panamá**. Historia de una crisis. México: Siglo XXI, 1989.

SOLER, Ricaurte. ‘Nación y oligarquía (1925-1975)’. Em: González Casanova, Pablo. **América Latina: historia de medio siglo**. México: Siglo XXI, 1984.

THE CENTER FOR JUSTICE AND ACCOUNTABILITY, 2009. **Emmanuel Toto Constant. Perfil**. Disponível em: <https://cja.org/francais/nos-affaires/laffaire-emmanuel-toto-constant/profil-demmanuel-toto-constant/>. Acesso em 20 mai. 2025.

THE GLOBAL INITIATIVE AGAINST TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME. **Gangs of Haiti**. Expansion, power and an escalating crisis. Genève, 2022.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o *Lougawou*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100002>. Acesso em 31 mar. 2025.

UNITED NATIONS. **Conferencias: Países menos adelantados**. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/es/conferences/least-developed-countries>. Acesso em: 31 mar. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report** (2021). New York: UNDP, 2022. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. A retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARGNY, Christophe. **Haïti n'existe pas**. Paris: Éditions Autrement, 2008.

WILENTZ, Amy. « René Préval: The Unassuming President Who Wanted to Save Haiti ». **Politico Magazine**. 28 Dec 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/12/28/rene-preval-obituary-216191/>. Acesso em 20 abr. 2025.

WOODWARD, Bob. **The Commanders**. New York: Simon & Schuster, 1991.

Recebido: 20/05/2025
Aprovado: 27/10/2025